

Quarta-Feira, 24 de Junho de 2026

Eduardo Bolsonaro reage à Polícia Federal e diz não ter condições de voltar ao Brasil

SEM CHANCE

Correio Braziliense

O ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) afirmou nesta sexta-feira (2/1) que não há “condição” de retornar ao Brasil neste momento, após a Polícia Federal determinar seu retorno imediato ao cargo de escrivão em Angra dos Reis (RJ). Em vídeo publicado nas redes sociais, ele disse que não pretende abrir mão do posto “de mãos beijadas” e classificou a medida como parte de uma perseguição política.

A manifestação ocorre após a Diretoria de Gestão de Pessoas da Polícia Federal publicar portaria que encerra o afastamento concedido a Eduardo para o exercício do mandato parlamentar. A decisão tem como base o ato da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados que declarou a perda de seu mandato, em dezembro, por faltas não justificadas durante o período em que permaneceu no exterior.

Licenciado do cargo desde que assumiu como deputado, Eduardo Bolsonaro vive nos Estados Unidos desde 2025. No vídeo, ele afirma que pretende lutar administrativamente para manter o vínculo com a corporação e cita preocupações com possíveis impactos futuros, como aposentadoria funcional e porte de arma. “Querem me prejudicar”, declarou, ao mencionar também a possibilidade de perder a pistola institucional que ainda mantém registrada.

O ex-parlamentar justificou a impossibilidade de retorno imediato ao país mencionando a situação judicial de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que voltou nesta quinta-feira (1º/1), à carceragem da Polícia Federal em Brasília após receber alta médica. Jair Bolsonaro cumpre pena de 27 anos de prisão em decorrência da condenação pelo planejamento do golpe de Estado de 2022.

Eduardo voltou a alegar que é alvo de perseguição e fez duras críticas à cúpula da Polícia Federal. Em publicação escrita, afirmou que não abriria mão de sua “honra” para se submeter, segundo ele, aos “caprichos” da direção da corporação, usando termos ofensivos para se referir à instituição.

A situação funcional de Eduardo Bolsonaro se soma a um contexto mais amplo de embates políticos. Ele responde a investigações no Brasil relacionadas à atuação no exterior, incluindo tentativas de pressionar autoridades estrangeiras em favor do pai, e tem mantido discurso de denúncia internacional contra o Supremo Tribunal Federal e órgãos do Estado brasileiro.

Até o momento, não há decisão judicial suspendendo os efeitos da portaria da Polícia Federal. Caso não se apresente, o ex-deputado poderá ficar sujeito a sanções administrativas previstas no regime disciplinar da corporação.